



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE

PROJETO BÁSICO

1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:

1.1. O presente Projeto Básico tem por finalidade o registro de preços para contratação de empresa para EXECUÇÃO DE CALÇADA EM BLOCOS INTERTRAVADOS COM DIMENSÕES DE 10X20X8 CM de acordo com o quantitativo estimado apresentado neste Projeto Básico objetivando a manutenção do passeio público do município de Itapuã do Oeste.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. INTRODUÇÃO:

2.1. Em atendimento ao disposto no artigo 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.660 de 31 de março de 2023, o presente Projeto Básico foi elaborado para que, por meio do Sistema de Registro de Preços, seja efetuado o registro formal de preços que poderão ocorrer ou não, para um período estimado de 12 (doze) meses.

3. MARCO LEGAL:

3.1. Este documento atende ao disposto no artigo 6º, XXIII da lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.660 de 31 de março de 2023.

4. ÓRGÃO DEMANDANTE:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

5. OBJETO:

5.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de execução de calçada em blocos intertravados com as seguintes dimensões: 10x20x8 cm, sobre colchão de areia com a espessura de 7 cm, incluso a instalação de guias para embasamento para apoio dos blocos. Inclui-se nos serviços todas as despesas referentes ao assentamento dos blocos, preparação do colchão de areia, embasamento, serviços de terraplanagem, preparo do solo, limpeza da rua de intervenção, reparos de meio fio danificado e rejuntamento dos blocos. Inclui-se	m²	30.000	R\$ 65,96	R\$ 1.978.800,00

também no custo dos serviços as despesas com a mobilização de pessoal, equipamentos (carrinho de mão, betoneira, placa vibratória), ferramentas (colher de pedreiro, desempenadeira, réguas e outros), aluguel de banheiro químico, sendo necessário apresentar produtividade igual ou superior a 160,00 m²/dia. Inclui-se ainda que a contratada deverá dispor de máquina durante todo o dia afim de dar suporte com os serviços de carregamento de blocos e, areia e movimentação de terra nas ruas em que a prefeitura ordenar o início dos serviços. Obrigações da prefeitura; fornecer todos os insumos necessários para a execução dos serviços, areia, cimento, blocos intertravados e guias pré-moldadas. Esses materiais ficaram à disposição do pátio da secretária de obras, sendo de responsabilidade da empresa a retirada mediante prévia autorização superior.			
VALOR TOTAL (R\$)			R\$ 1.978.800,00

5.2. VALOR TOTAL ESTIMADO:

5.2.1. O valor total estimado para a presente contratação foi obtido a partir de cotações realizadas referentes à unidade do serviço objeto da contratação, adotando-se a média entre as cotações.

5.2.2. Com base nisso, o valor total para a contratação é de R\$ 1.978.800,00 (um milhão novecentos e setenta e oito mil e oitocentos reais).

5.3. NATUREZA:

5.3.1. Os serviços são considerados comuns, possuindo características e especificações típicas do mercado, conforme estipulado pelo artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021. De acordo com esta legislação, os itens de consumo devem apresentar uma qualidade comum, adequada para atender às finalidades para as quais são destinados, sendo proibida a aquisição de produtos de luxo. Esse aspecto foi regulamentado, sendo imprescindível que as restrições estabelecidas sejam observadas pelo gestor público.

6. JUSTIFICATIVA:

6.1. O município de Itapuã do Oeste, constituído basicamente de pequenas propriedades, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, conta com população residente de 8.548 habitantes, segundo dados do IBGE em 2022.

6.2. A execução de calçada em blocos intertravados com dimensões de 10x20x8 cm visa atender a uma necessidade crucial de melhoria da infraestrutura urbana, proporcionando benefícios significativos para a comunidade e para a gestão do espaço público.

6.3. Ao bem público, este serviço garantirá durabilidade e manutenção do espaço público; melhorará a estética e valorização urbana; proporciona segurança e acessibilidade aos pedestres; além de ter facilidade de instalação e manutenção.

6.4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

6.4.1. No contexto desta contratação, entende-se que o procedimento em questão se adequa ao disposto no Art. 6º, Incisos XLV, XLVI e XLVII da Lei nº 14.133/21:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, à execução de obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras;

XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
(grifo nosso).

6.4.2. Ademais, esta Administração atende ao disposto no Decreto Municipal nº 2.660, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços nos termos da Lei nº 14.133/21, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos, no âmbito da administração municipal.

6.4.3. Deste modo, a Administração Pública vem, por meio do presente, justificar a necessidade de instauração de processo administrativo para registro de preços.

6.4.4. O interesse desta administração pela formalização do Sistema de Registro de Preços (SRP) considera as vantagens efetivas e práticas, permitindo uma ampla concorrência, de tudo que se compra no exercício. Ademais, o SRP oferece agilidade e praticidade na aquisição de bens e serviços, uma vez que elimina a necessidade de realização de novas licitações sempre que houver demanda por itens já registrados. Isso economiza tempo e recursos, tanto para a administração quanto para os fornecedores.

6.5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.5.1. O presente estudo, como já informado, refere-se ao registro de preços de execução de calçada em blocos intertravados com dimensões de 10x20x8 cm, atendendo aos requisitos de durabilidade, estética e valorização urbana além de proporcionar segurança e acessibilidade aos pedestres que transitam no espaço público.

6.5.2. Todos os documentos de relevância técnica foram concebidos pela equipe de engenharia da Secretaria de Administração e Planejamento (SEMAP), tendo como referência pesquisa de preços realizada conforme parâmetros legais e normativos aplicáveis.

6.5.3. A execução de calçada em blocos intertravados com dimensões de 10x20x8 cm traz diversos benefícios significativos:

Durabilidade e Manutenção: Os blocos intertravados são conhecidos por sua alta durabilidade e resistência a condições climáticas adversas e ao tráfego intenso. Sua instalação proporciona uma superfície que requer menos manutenção em comparação com outros materiais, reduzindo custos futuros com reparos e manutenção.

Estética e Valorização Urbana: A utilização de blocos intertravados confere um acabamento estético e uniforme, melhorando a aparência das áreas urbanas. Esta melhoria estética contribui para a valorização dos imóveis e da área como um todo, incentivando um ambiente mais agradável e seguro para pedestres e ciclistas.

Sustentabilidade: Os blocos intertravados são uma escolha sustentável, pois muitas vezes são fabricados com materiais reciclados e oferecem melhor drenagem das águas pluviais, reduzindo a sobrecarga dos sistemas de drenagem urbanos e minimizando o risco de alagamentos.

Segurança e Acessibilidade: A superfície intertravada proporciona uma área de caminhada segura, com baixo risco de escorregamentos, o que é essencial para garantir a segurança de todos os usuários, especialmente pessoas com mobilidade reduzida e idosos.

Facilidade de Instalação e Substituição: A instalação de blocos intertravados é relativamente rápida e eficiente. Além disso, caso algum bloco precise ser substituído devido a danos ou alterações futuras, o processo é simples e menos oneroso, sem a necessidade de substituir grandes seções da calçada.

Custo-Benefício: Embora o investimento inicial possa ser superior a outros tipos de pavimentação, a longo prazo, o custo-benefício é favorável devido à durabilidade, baixa manutenção e longevidade dos blocos intertravados.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Sustentabilidade:

7.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

7.1.2. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

7.1.3. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem;

7.1.4. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

7.1.5. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

7.1.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

7.1.7. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

7.2. Subcontratação:

7.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

7.3. Vistoria:

7.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de execução:

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Início da execução do objeto: O fornecedor terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho para início do serviço no local indicado em Ordem de Serviço;

8.1.2. Todos os serviços deverão obedecer ao prescrito no "Memorial Descritivo", anexo deste Projeto Básico, respeitando os produtos mínimos exigidos por etapas e disciplinas de projeto.

Materiais a serem disponibilizados:

8.2. Incluem-se nos serviços todas as despesas referentes ao assentamento dos blocos, preparação do colchão de areia, embasamento, serviços de terraplanagem, preparo do solo, limpeza da rua de intervenção, reparos de meio fio danificado e rejuntamento dos blocos.

8.2.1. Incluem-se também no custo dos serviços as despesas com a mobilização de pessoal, equipamentos (carrinho de mão, betoneira, placa vibratória), ferramentas (colher de pedreiro, desempenadeira, réguas e outros).

8.3. Os insumos que serão aplicados na execução dos serviços serão disponibilizados à contratada, tendo em vista que o objeto do contrato é a execução (mão de obra). Os insumos a serem fornecidos são:

8.3.1. 10x20x8 cm, e = 6 cm, cor natural;

8.3.2. Areia média.

8.3.3. Cimento.

Informações relevantes para dimensionamento da proposta:

8.4. A proposta deverá ser elaborada respeitando as especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes nesse Projeto Básico e demais anexos.

Uniformes:

8.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

8.5.2. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

11. LOCAL DE ENTREGA/SERVIÇO:

Do Local do Serviço:

11.1. O local da realização do serviço será informado na ordem de serviço a ser enviada a CONTRATADA.

11.2. Todos os serviços serão realizados no município de Itapuã do Oeste/RO.

11.3. A execução do objeto deste Projeto Básico deverá ser, em regra, de segunda a sexta.

11.4. Excepcionalmente, poderá ser autorizado pela Fiscalização dias e horários diferenciados, para fins de execução do objeto deste Projeto Básico.

12. PRAZO DE ENTREGA/SERVIÇO:

Do Prazo de Entrega:

12.1. Os prazos inerentes ao presente processo de licitação são aqueles fixados neste Projeto Básico, particularmente quanto à(ao):

a. O fornecedor terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho para início do serviço no local indicado em Ordem de Serviço.

b. O prazo para a contratada substituir ou sanar irregularidade do serviço entregue é de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação da Contratante.

13. DA CONDIÇÃO DE ENTREGA/SERVIÇO:

13.1. Na entrega dos serviços, é observado o controle de qualidade de primeira ordem, também a Execução dos serviços; Acabamento e Estética; Conformidade com Normas e Regulamentações; Limpeza e Proteção de Áreas Adjacentes; Texturas; etc.

13.2. A Fiscalização poderá sustar ou recusar os serviços entregues em desacordo com a especificação apresentada no Edital.

13.3. A contratada deverá ser comunicada e notificada por escrito e de forma tempestiva sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais e/ou Nota Fiscal.

14. DO RECEBIMENTO:

14.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade.

14.1.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

14.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

14.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

14.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

14.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

14.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

14.2.5.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

14.2.5.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

14.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

14.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

14.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

14.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

14.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

15. DA GARANTIA DO OBJETO:

15.1. A garantia consiste na obrigação por parte da empresa contratada, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes.

16. DO PAGAMENTO:

Liquidação

16.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

16.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

16.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

16.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil) de correção monetária.

Forma de pagamento:

16.12. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

16.16. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

16.17. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

16.18. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

16.19. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

16.20. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

16.21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

16.22. A avaliação da execução do objeto observará o quantitativo executado pela contratada, a partir do quantitativo estabelecido em ordem de serviço pela contratante, para a medição do resultado.

16.22.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.22.1.1. não produzir os resultados acordados,

16.22.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

16.22.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

17.1. O custo total estimado para a presente contratação foi obtido a partir de cotações realizadas referente à unidade do serviço objeto deste contrato, sendo utilizado a média entre os valores das cotações.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

18.1. Sem prejuízo para as demais obrigações previstas em contrato, leis e regulamentos próprios, são obrigações do Contratado:

a. Os serviços deverão ser entregues, de forma parcelada, conforme solicitação de cada secretaria da SEMOSP, na cidade de Itapuã do Oeste/RO, no local indicados em Ordem de Serviço.

b. No valor dos itens da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas necessárias à perfeita entrega e execução do serviço, não devendo acarretar quaisquer ônus adicionais à Contratante.

c. O fornecedor terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho para início do serviço no local indicado em Ordem de Serviço.

d. A Ordem de Serviço será encaminhada à contratada por e-mail devidamente informado à contratante.

e. A Ordem de Serviço poderá ser encaminhada, concomitantemente por e-mail, para qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada.

f. Deverá ser observado os cuidados adequados a fim de preservar a integridade do bem a ser executado para a contratante.

g. Responsabilizar-se pela qualidade do material entregue à contratante.

h. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando for o caso.

i. Quando da entrega do objeto deste Projeto Básico por parte da contratada, for detectado que não apresenta características e especificações conforme exigidos neste edital e/ou não apresente 1ª qualidade, o contratado deverá reparar e substituir por outro produto que atenda sem ônus adicionais para a Administração Pública.

j. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

k. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua publicação no Diário Oficial.

l. A licitante deverá manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços.

m. Proceder testes necessários para comprovar a eficácia do bem entregue à contratante, observadas todas as especificações técnicas contidas neste Projeto Básico (e seus anexos).

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

19.1. Sem prejuízo para as demais obrigações previstas em contrato, leis e regulamentos próprios, são obrigações do Contratante:

a. Exigir da Contratada o cumprimento, integral e incondicional, de todas as obrigações, prazos e condições fixadas neste Projeto Básico (e seus anexos) e respectiva proposta do Contratado;

b. Designar equipe de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto previsto neste Projeto Básico, nos termos fixados no art. 117 da Lei 14.133/2021;

c. Prover condições internas que possibilitem, facilitem e dinamizem o fornecimento do bem.

d. Receber, analisar e aceitar ou rejeitar o bem fornecido, observadas todas as especificações técnicas contidas neste Projeto Básico (e seus anexos) e na respectiva proposta do Contratado.

e. Aceitar ou rejeitar os materiais observando todas as especificações e condições contidas neste Projeto Básico (e seus anexos) e na respectiva proposta do Contratado.

f. Atestar o cumprimento das obrigações contratuais e efetuar o pagamento, observadas as condições e prazos fixados neste Projeto Básico (e seus anexos).

g. Alterar, mediante Termo Aditivo, o escopo contratual previsto neste Projeto Básico (e seus anexos), sempre no sentido de melhor atender ao interesse público tutelado na contratação e observados os limites legalmente fixados, nos termos fixados no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

h. Exigir, durante toda a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação em compatibilidade com as regras exigidas na licitação em relação a vícios, defeitos e incorreções detectadas no funcionamento do equipamento, acionando a assistência técnica para fins de reparo e/ou substituição.

j. Aplicar, mediante processo administrativo, eventuais sanções administrativas nos casos de ilícitos ou inadimplementos contratuais por parte da Contratada (e seus prepostos, responsáveis e empregados), conforme fixado neste Projeto Básico (e seus anexos) e na legislação vigente.

k. Notificar formalmente a Contratada em relação a qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto e/ou execução dos serviços, determinando prazo razoável para fins de regularização, sob as penalidades contratuais e legais.

l. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

m. Cumprir e fazer cumprir todas as demais disposições contidas neste Projeto Básico (e seus anexos).

20. DA PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL:

20.1. É vedado a preferência local/regional para o envio das propostas deste objeto.

21. DA EXCLUSIVIDADE OU NÃO DE ME/EPP/MEI:

21.1. Não se aplica a exclusividade para licitantes enquadradas como ME/EPP/MEI por se tratar de objeto cujo valor ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

22. DA JUSTIFICATIVA POR TER OU NÃO COTAS ME/EPP/MEI:

22.1. Não será estabelecido cotas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) com o objetivo de garantir padronização do objeto contratado, visando à eficiência e à uniformidade na execução do projeto.

23. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

23.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto ao LICITANET Licitações On-line <<https://www.licitanet.com.br/>>.

23.2. Sem prejuízo dos demais critérios estabelecidos na legislação pertinente, poderão participar da futura licitação as empresas que estiverem regulares com as certidões discriminadas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

23.3. Poderão participar desta Licitação firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

23.4. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENORPREÇO unitário e o modo de disputa ABERTO.

Regime de execução:

23.5. O regime de execução do será empreitada por preço unitário.

24. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

24.1. Habilitação jurídica:

a) **CNPJ** - de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b) Cédula de identificação contendo **RG** e **CPF** dos sócios, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;

c) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) **Empresa individual** Registro Público de Empresa Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Ou;

e) **Microempreendedor Individual MEI**- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI** - Inscrição do ato

constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País - Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

h) Sociedade simples - inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

i) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

j) Cooperativa - ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 1971](#);

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

24.2. Habilitação fiscal:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);

c) Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma de lei.

24.3. Habilitação trabalhista:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT, conforme [Lei Federal nº 12.440/2011](#)).

24.4. Habilitação econômica e financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei Federal nº 14.133/2021](#), art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

I. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

II. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

III. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

24.5. Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

24.5.1 Qualificação Técnica Operacional:

a) Quanto à qualificação técnico - operacional, o contratado deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE TOTAL	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Execução de calçada em blocos intertravados	m²	30.000	15.000

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico - operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

c) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

24.5.2. Qualificação Técnica - Profissional:

a) Apresentar profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto da contratação.

b) O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar dos serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

c) A comprovação da qualificação técnico - profissional, será realizada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços de engenharia, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	PROFISSIONAL	QUANTIDADE MÍNIMA
01	Execução de calçada em blocos intertravados	Engenheiro civil ou Arquiteto ou profissional de ensino superior	15.000 m²

d) As Certidões de Acervo Técnico deverão ser apresentadas com Registro de Atestado.

e) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

f) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

g) No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, §6, da Lei nº 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

h) As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

24.6. Declarações

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

c) Declaração de Visita.

25. DO CONTRATO:

25.1. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

25.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

25.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

25.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

25.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar

de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

25.1.6. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da ata de registro de preço ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Preposto:

25.1.7. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

25.1.8. A contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

25.1.9. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Fiscalização:

25.1.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

25.1.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

25.1.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

25.1.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

25.1.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

25.1.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

25.1.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

25.1.17. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através serviço executado in loco para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

25.1.18. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

25.1.19. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

25.1.20. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

25.1.21. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

25.1.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

25.1.23. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

25.1.24. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

25.1.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62).

25.1.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017).

25.1.27. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

25.1.27.1. Na entrega dos serviços, será observado o controle de qualidade de primeira ordem, também a Execução da Obra; Acabamento e Estética; Conformidade com Normas e Regulamentações; Limpeza e Proteção de Áreas Adjacentes; Texturas; etc.

25.1.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

25.1.29. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

25.1.30. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa:

25.1.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

25.1.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

25.1.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

25.1.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

25.1.35. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

25.1.35.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

25.1.35.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

25.1.35.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

25.1.35.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

25.1.35.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

25.1.35.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

25.1.35.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

25.1.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

25.1.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

25.1.35.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

25.1.35.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

25.1.35.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

25.1.35.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

25.1.35.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale - alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

25.1.35.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

25.1.35.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

25.1.35.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

25.1.35.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

25.1.35.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

25.1.35.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

25.1.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

25.1.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item a cima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

25.1.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

25.1.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

25.1.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

25.1.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

- 25.1.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscips) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 25.1.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 25.1.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 25.1.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 25.1.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 25.1.47. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 25.1.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 25.1.49. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 25.1.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 25.1.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 25.1.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 25.1.53. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 25.1.54. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 25.1.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

25.1.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestão do Contrato:

25.1.57. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

25.1.58. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

25.1.59. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

25.1.60. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

25.1.61. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

25.1.62. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

25.1.63. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

25.2. PRAZO DE CONTRATO:

25.2.1. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial.

25.3. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

25.3.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme dispõe o art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

25.3.2. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

25.4. DOS CRITÉRIOS PARA REAJUSTE, REALINHAMENTO E REEQUILÍBRIO:

25.4.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme os casos previstos no Capítulo VII DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS da Lei Federal nº 14.133/2021.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. Sem prejuízo das demais sanções impostas em contato bem como as da Lei nº 14.133 de 2021, comete infração administrativa o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a. (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b. (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas e a h do subitem 12.1, de 20 % a 30% do valor do Contrato.
- c. (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea c do subitem 12.1, de 15% a 19% do valor do Contrato.
- d. (4) Para infração descrita na alínea b do subitem 12.1, a multa será de 10% a 14% do valor do Contrato.

e. (5) Para infrações descritas na alínea d do subitem 12.1, a multa será de 5% a 9% do valor do Contrato.

f. (6) Para a infração descrita na alínea a do subitem 12.1, a multa será de 1% a 4% do valor do Contrato.

25.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

27.1. A dotação orçamentária específica será informada pelo setor contábil antes da abertura do certame.

15.452.0003.2022.0000 urbanização de praças, jardins e avenidas.

Outros serviços de pessoa jurídica: 4.4.90.39.00.

28. DO REGISTRO DE PREÇO:

28.1. Trata-se de conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

29. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O REGISTRO DE PREÇO (Art. 82 da Lei 14.133/21):

29.1. ESPECIFICIDADES DA LICITAÇÃO E DE SEU OBJETO, INCLUSIVE A QUANTIDADE MÁXIMA DE CADA ITEM QUE PODERÁ SER ADQUIRIDA:

29.1.1. Trata-se de serviço de execução de calçada em blocos intertravados com as seguintes dimensões: 10x20x8 cm com o seguinte quantitativo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de execução de calçada em blocos intertravados com as seguintes dimensões: 10x20x8 cm, sobre colchão de areia com a espessura de 7 cm, incluso a instalação de guias para embasamento para apoio dos blocos. Inclui-se nos serviços todas as despesas referentes ao assentamento dos blocos, preparação do colchão de areia, embasamento, serviços de terraplanagem, preparo do solo, limpeza da rua de intervenção, reparos de meio fio danificado e rejuntamento dos blocos. Inclui-se também no custo dos serviços as despesas com a mobilização de pessoal, equipamentos (carrinho de mão, betoneira, placa vibratória), ferramentas (colher de pedreiro, desempenadeira, réguas e outros), aluguel de banheiro químico, sendo necessário apresentar produtividade igual ou superior a 160,00 m²/dia. Inclui-se ainda que a contratada deverá dispor de máquina	m²	30.000	R\$ 65,96	R\$ 1.978.800,00

durante todo o dia afim de dar suporte com os serviços de carregamento de blocos e, areia e movimentação de terra nas ruas em que a prefeitura ordenar o início dos serviços. Obrigações da prefeitura; fornecer todos os insumos necessários para a execução dos serviços, areia, cimento, blocos intertravados e guias pré-moldadas. Esses materiais ficaram à disposição no pátio da secretária obras, sendo de responsabilidade da empresa a retirada mediante prévia autorização superior.				
VALOR TOTAL (R\$)				R\$ 1.978.800,00

29.1.2. QUANTIDADE MÍNIMA A SER SOLICITADA PELA CONTRATANTE

29.1.2.1. O quantitativo mínimo a ser solicitado, a cada remessa à contratada, será referente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

29.1.3. POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES (ENTREGA EM LOCAL DIFERENTE, ACONDICIONAMENTO, TAMANHO DO LOTE OU OUTROS MOTIVOS.

29.1.3.1. É vedado a previsão de preços diferentes tendo em vista que o serviço deverá ser entregue em um único município.

29.1.4. POSSIBILIDADE DE O LICITANTE OFERECER OU NÃO PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL.

29.1.4.1. É vedado a possibilidade de o licitante oferecer proposta com o quantitativo inferior ao máximo previsto no edital tendo em vista que o plano de trabalho elaborado por esta administrativo contempla o quantitativo especificado neste Projeto Básico.

29.1.5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO OU O DE MAIOR DESCONTO)

28.1.5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM e o modo de disputa ABERTO.

29.1.6. CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

29.1.6.1. É possível alterar a ata de registro de preços, em negociação entre órgão gestor e fornecedor, a ata poderá ser aditada, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, e poderá, ainda, sofrer apostilamento (art. 52, do Decreto Municipal nº 2660 de 2023).

29.1.6.2. A alteração na ata de registro de preços é independente da alteração dos contratos (art. 53, do Decreto Municipal nº 2660 de 2023).

29.1.6.3. Se o órgão participante já houver formalizado um contrato com o fornecedor ou prestador de serviços à época em que foi realizada a alteração na ata de registro de preços, a relação entre as duas partes não sofrerá influência das alterações realizadas na ata (art. 53, § 1º, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.6.4. Se for realizada uma alteração em qualquer contrato celebrado entre o fornecedor e um dos órgãos participantes do registro de preços, a ata não sofrerá nenhuma influência, a não ser que o órgão gestor considere prudente realizá-la (art. 53, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.6.5. Para que haja maior flexibilidade nas compras por registro de preços, poderá utilizar empenho em substituição ao contrato para entregas imediatas. Parágrafo único. A emissão da autorização de empenho e autorização de fornecimento ou ordem de serviço serão emitidas pela área de compras (art. 54, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.7. POSSIBILIDADE DE REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR OU PRESTADOR (CADASTRO RESERVA)

29.1.7.1. É admitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (art. 14, VII, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.7.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos Licitantes, com o objetivo de formação de cadastro de reserva.

29.1.8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EM MAIS DE UMA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM O MESMO OBJETO NO PRAZO DE VALIDADE DAQUELA DE QUE JÁ TIVER PARTICIPADO.

29.1.8.1. É vedado a Administração participar de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste Projeto Básico enquanto estiver vigente, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (art. 14, VIII, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.9. HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ARP E SUAS CONSEQUÊNCIAS

29.1.9.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 2.660 de 31 de março de 2023, o registro de preço é processado por meio das modalidades pregão e concorrência, dentro das formalidades exigidas para a contratação, sendo garantida a qualquer tempo a atualização dos valores registrados e cancelamento de registros de valores que estiverem desproporcionais ao preço praticado no mercado (art. 10, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.9.2. O fornecedor ou prestador de serviços terá seu registro cancelado quando (art. 49, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023):

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticados no mercado;
- IV. estiverem presentes razões de interesse público.

O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador (art. 50, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.9.3. O fornecedor ou prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado (art. 51, do Decreto Municipal nº 2.660 de 2023).

29.1.9.4. As consequências do cancelamento da ARP por infração administrativa do contratado encontram-se pormenorizadas no tópico de sanções administrativas presentes neste Projeto

Básico.

30. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

30.1. Os casos não previstos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

30.2. Qualquer alteração do presente Projeto Básico, que se fizer necessário, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos deste Município.

30.3. As dúvidas quanto à execução desta aquisição poderão ser sanadas através do telefone (69) 3231- 2245 localizada na Prefeitura Municipal na Rua Ayrton Senna nº 1425, no horário das 07h30min às 13h30min ou através do endereço eletrônico: semappmio@gmail.com.

31. DO FORO:

31.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

32. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Evelyn Mariany Farias Cabral
Assessora De Apoio Operacional
Matrícula: 7416

33. RESPONSÁVEIS PELA AUTORIZAÇÃO:

ROMÁRIO MAIA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
Port. nº 024/GAB-PMIO/2026

Rua Ayrton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000
Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55



Documento assinado eletronicamente por **ROMARIO MAIA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 09/06/2026 às 13:17, horário de Itapuã do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2.043 de 13/01/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.itapuadoeste.ro.gov.br, informando o ID **522635** e o código verificador **41A25E8A**.

Referência: [Processo nº 4-585/2026](#).

Docto ID: 522635 v1